



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

## **PARECER JURÍDICO**

**PROJETO DE LEI Nº 107/2025**

**Autoria: Vereador Professor Adriel**

**EMENTA: “Dispõe sobre a obrigatoriedade do Município de Monte Mor em elaborar um plano de contenção dos impactos causados pelas chuvas.”**

### **I - RELATÓRIO**

Foi encaminhado a esta Procuradoria Legislativa o Projeto de Lei nº 107/2025, de autoria do Vereador Professor Adriel, com a finalidade de instituir, no âmbito do Município de Monte Mor, a obrigatoriedade de elaboração de um plano de contenção dos impactos provocados por chuvas intensas. O projeto tem caráter programático e estabelece diretrizes para ações preventivas, corretivas e de resposta emergencial.

### **II – DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA**

A competência para legislar sobre matérias relacionadas à formulação de políticas públicas de prevenção e resposta a desastres naturais é conferida aos Municípios pelo art. 30 da Constituição Federal, notadamente em seus incisos I e II:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

*Rua Ruge Maluf, 61 – Monte Mor – SP – CEP 13190-000 – Fone/Fax: (19) 3889-2780*

*E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br*





# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

A obrigatoriedade de elaboração de planos locais de contenção de impactos causados por chuvas, como pretende o Projeto de Lei nº 107/2025, insere-se diretamente no conceito de interesse predominantemente local, uma vez que visa proteger a população, o patrimônio público e a infraestrutura urbana de Monte Mor contra eventos climáticos de natureza recorrente e crescente.

Paralelamente, a Lei Federal nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), ao dispor sobre as competências dos entes federados, estabelece obrigações normativas específicas aos Municípios – como a elaboração de planos de contingência e a organização de ações de prevenção de riscos – consoante seus artigos 8º e 9º. Assim, a atuação legislativa municipal no tema não apenas é autorizada, como é exigida pela normatização federal.

Ressalta-se, ainda, que a Constituição Federal atribui competência comum a todos os entes da Federação (art. 23, incisos II, VI e IX) para cuidar da saúde, do meio ambiente e da defesa civil, sendo dever da Administração Pública adotar políticas públicas de proteção à população frente a situações de emergência e calamidade.

Nesse contexto, a atuação normativa do Poder Legislativo Municipal por meio de proposições que visem regulamentar, localmente, obrigações já estabelecidas em normas federais ou preencher lacunas operacionais para sua efetividade, enquadra-se dentro da competência legislativa suplementar e residual municipal, sem qualquer extrapolação de sua esfera constitucional.

### **III – DA ANÁLISE FORMAL: INICIATIVA LEGISLATIVA**

A Constituição Federal, ao tratar da iniciativa das leis, estabelece no art. 61, §1º, que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a propositura de leis que disponham, entre outros temas, sobre:





# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

- criação e extinção de órgãos da administração pública;
- servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos e funções;
- organização administrativa e orçamentária do Poder Executivo.

Esse rol, por sua natureza taxativa, busca preservar a autonomia funcional e administrativa do Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes (CF, art. 2º).

Ocorre que, o Projeto de Lei nº 107/2025 atua como instrumento normativo local de concretização de políticas públicas de defesa civil, sem inovar no conteúdo jurídico de atribuições da Administração, mas apenas reafirmando e organizando obrigações já impostas por normas superiores.

Corroborando essa orientação, o Supremo Tribunal Federal, na ADI 7702, validou norma estadual que instituiu plano e fundo voltados ao enfrentamento de eventos climáticos, reconhecendo que tal legislação, embora imponha obrigações à Administração Pública, não compromete a autonomia do Executivo nem transgredir o regime da iniciativa legislativa exclusiva. Segue link para consulta: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-valida-normas-de-fundo-de-enfrentamento-de-eventos-climaticos-no-rs/>

Além disso, a experiência legislativa recente de diversos municípios paulistas, como demonstrado na Câmara Municipal de Sorocaba e da Câmara Municipal de São Paulo, confirma a possibilidade de proposições parlamentares que tratem de políticas públicas em matéria de riscos climáticos, desde que observados os mesmos critérios de generalidade, normatividade e respeito à autonomia administrativa do Executivo.

#### **IV – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DO INTERESSE PÚBLICO**

Sob a perspectiva material, o Projeto de Lei nº 107/2025 revela-se compatível com os princípios e normas constitucionais, notadamente no que se refere à tutela do





# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

interesse público primário, à proteção da coletividade e à efetivação de direitos fundamentais difusos, como a segurança, a vida, a integridade física e o meio ambiente equilibrado.

A Constituição Federal consagra, em seu art. 3º, como objetivos fundamentais da República, a construção de uma sociedade solidária, a erradicação das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos. Esses comandos exigem do Poder Público a implementação de políticas públicas que assegurem proteção à população em situações de risco, especialmente aquelas decorrentes de fenômenos climáticos extremos – como as fortes chuvas e inundações.

De forma complementar, o art. 23, incisos II, VI e IX, da Constituição estabelece competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para:

- cuidar da saúde e assistência pública;
- proteger o meio ambiente;
- preservar o patrimônio público e histórico;
- e atuar na defesa civil.

O art. 225, por sua vez, impõe ao Poder Público o dever de garantir a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

A matéria versada no projeto de lei guarda relação direta com esses preceitos constitucionais, pois busca instituir, no plano normativo local, instrumentos de planejamento e gestão voltados à contenção dos danos causados por chuvas intensas, fenômenos que, com crescente recorrência e intensidade, ameaçam a integridade física da população, a infraestrutura urbana e o equilíbrio socioambiental.

Importa destacar que o conteúdo do projeto não constitui inovação normativa desconectada do ordenamento jurídico, mas sim medida de concretização de obrigação já imposta pela legislação federal, notadamente pela Lei Federal nº







# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

12.608/2012, que, ao instituir a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), atribuiu aos Municípios a responsabilidade de elaborar e implementar planos de contingência, identificar áreas de risco, e adotar ações integradas de prevenção, preparação, resposta e recuperação.

Trata-se, portanto, de proposição que não cria encargos novos ao Município, mas apenas reforça a necessidade de cumprimento, no plano normativo local, de obrigações legais já estabelecidas em esfera nacional, em consonância com os princípios da prevenção, da precaução, da eficiência e da proteção integral.

Do ponto de vista do interesse público, a iniciativa é inegavelmente relevante, oportuna e necessária, uma vez que se antecipa a eventos de potencial gravidade, promovendo a segurança da população, o planejamento urbano sustentável e a redução de riscos de desastres.

### **V – DO AJUSTE CONDICIONAL PARA VIABILIDADE JURÍDICA**

Entretanto, para que a proposição atenda plenamente aos requisitos de constitucionalidade formal e material, sua tramitação deve ser condicionada à reformulação de sua redação, com base no seguinte modelo:

Redação sugerida para o art. 1º:

“Art. 1º O Município de Monte Mor deverá dispor, no âmbito de sua política de proteção e defesa civil, sobre plano de contenção dos impactos causados por chuvas intensas, com foco em ações preventivas, emergenciais e de adaptação climática urbana.”

Parágrafo único. O plano previsto no caput será elaborado e regulamentado pelo Poder Executivo, com observância das diretrizes da Lei Federal nº 12.608/2012, da legislação urbanística local e dos instrumentos de planejamento municipal.





# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

Tal formulação evita o vício de inconstitucionalidade das leis meramente autorizativas, ao mesmo tempo em que respeita a separação de poderes, por não impor ao Executivo ato administrativo específico ou modo de execução determinado.

### **VI – CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria da possibilidade jurídico ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 107/2025, condicionando-se sua regular tramitação à adequação redacional nos termos do item V deste parecer.

A opinião desta Procuradoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Monte Mor/SP, 03 de dezembro de 2025.

**KÁTIA GISELE DE FRIAS ROCHA**  
Procuradora Jurídica

